

ÁUSTRIA

REPÚBLICA DA ÁUSTRIA

Chefe de Estado:

Heinz Fischer

Chefe de Governo:

Werner Faymann

Penal de morte:

abolicionista para todos os crimes

População:

8,4 milhões

Esperança média de vida:

79,9 anos

Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):

6/5 por 1000

Continuaram as alegações de maus-tratos e de racismo por parte das forças de segurança. Os direitos de requerentes de asilo e migrantes foram violados e restringidos pelas autoridades.

Racismo

Os austríacos não brancos tinham maior probabilidade de serem suspeitos de crime e de serem maltratados pela polícia. As queixas por maus-tratos policiais apresentadas por membros de minorias étnicas eram frequentemente seguidas por uma resposta desadequada tanto da parte da polícia como do sistema judicial; as queixas não eram devidamente investigadas e os polícias raramente eram julgados, e quando o eram, a sentença aplicada era leve.

■ Entre Abril e meados de 2009, a polícia de Viena levou a cabo uma operação em larga escala com base em critérios étnicos. Em Abril, em resposta a um aumento no número de assaltos, as forças de segurança receberam ordens para levar a cabo buscas nas residências de pessoas de origem georgiana e moldava sem que existissem bases concretas para suspeitar delas, de modo a interrogar os residentes e determinar se possuíam bens roubados ou ferramentas de arrombamento.

Tortura e outras formas de maus-tratos

As autoridades não implementaram salvaguardas contra a tortura e outras formas de maus-tratos.

■ A vítima de tortura Bakary J., um cidadão da Gâmbia, ainda não recebera qualquer tipo de compensação ou reabilitação. Ele tinha sido torturado por três agentes da polícia em Viena, em 2006, e ainda corria risco de ser deportado por residir ilegalmente no país. A 20 de Novembro, a Comissão Disciplinar de Recurso decidiu afastar do cargo dois dos agentes envolvidos no caso. Um terceiro agente, entretanto reformado, perdeu a reforma relativa ao tempo em que trabalhou como funcionário público.

Forças policiais e de segurança

Continuaram a ser feitas denúncias de violações dos direitos humanos e uso excessivo da força por parte das forças de segurança. As autoridades não investigaram nem condenaram adequadamente estes casos de acordo com os padrões internacionais, contribuindo para uma maior sensação de impunidade.

■ Florian P., de 14 anos, morreu e um outro rapaz de 17 anos ficou gravemente ferido na sequência de um assalto na localidade de Krems, em Agosto. Ambos terão sido alegadamente atingidos por disparos efectuados por dois polícias. Não foi levada a cabo uma investigação imediata e imparcial. Os agentes envolvidos apenas foram interrogados dias depois por colegas, e não pelo gabinete do Procurador do Ministério Público, como manda a lei. Em Setembro, um perito nomeado pelo Procurador do Ministério Público indicou que o relato do incidente feito por um dos polícias estava gravemente incorrecto, o que causou atrasos na

investigação. Apesar dos seus ferimentos, o suspeito de 17 anos foi imediatamente interrogado no hospital e não teve direito à presença de uma "terceira pessoa de confiança". No final do ano, o caso continuava pendente.

■ A 13 de Janeiro de 2009, o refugiado checheno Umar Israilov, de 27 anos, foi morto, alegadamente, por atacantes chechenos em Viena. Umar Israilov tinha afirmado publicamente ter sido torturado pelo presidente Kadyrov e pelas suas forças de segurança na Chechénia, e tinha apresentado uma queixa por tortura no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em 2006. O advogado de Umar Israilov explicou detalhadamente o caso à polícia, e pediu-lhes repetidamente para o protegerem, mas as autoridades recusaram levar a cabo as necessárias medidas.

Direitos dos migrantes e requerentes de asilo

A 21 de Outubro, o Parlamento aprovou nova legislação emendando a Lei de Estrangeiros de 2005. Os novos artigos, que iam entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2010, aumentavam consideravelmente o número de circunstâncias em que os requerentes de asilo tinham que ser detidos, violando os padrões internacionais dos direitos humanos. O Ministério do Interior cancelou os contratos de quase todas as ONGs independentes que davam apoio legal aos requerentes de asilo, limitando desta forma a sua capacidade de obter asilo ou protecção internacional e de contestar os motivos da sua detenção e deportação.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

🚗 Um delegado da Amnistia Internacional visitou a Áustria em Abril

📄 Áustria: Vítima ou Suspeito – Uma questão de cor: discriminação racial no sistema judicial austríaco (EUR 13/002/2009)